



## A CRISE DO CAPITAL E A LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO ATAQUE CONSERVADOR AO COLÉGIO PEDRO II PELO ESCOLA SEM PARTIDO

 Matheus Rufino Castro<sup>1</sup>

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor  
Nome: Matheus Rufino Castro  
E-mail:  
matheusefufjrj@hotmail.com  
Instituição Colégio Pedro II,  
Brasil

Submetido: 25/01/2019  
Aprovado: 21/05/2019  
Publicado: 31/07/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8654511](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8654511)  
e-Location: e019042  
ISSN: 1676-2584



### RESUMO

Este estudo se tem como objetivo analisar de que forma os ataques do conservadorismo burguês à educação, especificamente ao Colégio Pedro II, se relacionam com o próprio processo da luta de classes com a agudização da crise estrutural do capitalismo. Tendo em vista que a educação se apresentou como um dos segmentos da classe trabalhadora mais dispostos ao enfrentamento com o projeto sociometabólico do capitalismo, a ofensiva conservadora por meio do projeto Escola Sem Partido almeja justamente o cerceamento das possibilidades do caráter crítico da educação. Para tanto, analisaremos o caso do Colégio Pedro II, referência na educação pública, gratuita e de qualidade, e que se sobressai como vanguarda na política de direitos humanos aos estudantes, se tornou o alvo predileto daqueles que coadunam com projeto conservador-burguês, como nos mostra a ação promovida pelo Ministério Público Federal (2017), acusando o colégio de realizar uma “doutrinação esquerdista-comunista”. Isto posto, podemos ver cada vez mais claramente os contornos da luta de classes no país e o caráter predatório do capital, em que termos como “direitos humanos, tolerância e etc.,” tornaram-se pautas doutrinadoras da esquerda.

**PALAVRAS-CHAVE** Crise do capital. Colégio Pedro II. Escola Sem Partido.



## THE CAPITALISM CRISIS AND THE CLASSE STRUGLE ON THE EDUCATION: A PRELIMINAR ANALYSIS OF ESCOLA SEM PARTIDO CONSERVATIVE ATTACK AT THE COLÉGIO PEDRO II

### Abstract

This study aims to analyze the way that the attacks of the bourgeois conservatism on education, specifically, on College Pedro II, are related to the own process of class struggle with the exacerbations of structural crisis of capitalism. In view of the presentation of education as one of the segments of working classe more disposed to fight the capitalism social Project, the offensive conservative by the project Escola Sem Partido claims precisely the limitation of the criticism possibilities of education. Therefore, we'll analyze the case of Pedro II, reference on the public, free and quality education, and excel as vanguard at the human rights politician for the students, that has become the preferred target of those who consents with the conservative-bourgeois project, as it shows to us the action moved by Ministério Público Federal (2017), accusing the school of realize a "communist indoctrination". That said, we can see clearer the contours of class struggle on the country and the predatory character of capital, since terms like "human rights, tolerance and etc.," has become doctrinaires ruling of the left.

**Keywords:** Capitalism crisis. Pedro II School. Escola Sem Partido.

## LA CRISIS DEL CAPITALISM E LA LUCHA DE CLASES EN LA EDUCACIÓN: UNA ANÁLISIS PRELIMINAR DEL ATAQUE CONSERVADOR DEL ESCOLA SEM PARTIDO EN EL COLEGIO PEDRO II

### Resumen

Este estudio anhela analizar los ataques de conservatism burgués en la educación, específicamente, en el Colegio Pedro II, y su relación con el proceso de la lucha de clases desde la intensificación de la crisis estructural del capitalismo. Teniendo en vista que la educación fue uno de los segmentos de la clase trabajadora más dispuesta a la lucha contra el proyecto social de lo capitalismo, la ofensiva conservadora del Proyecto Escola Sem Partido búsqueda exactamente límite las capacidades de contestación de la educación. Por lo tanto, nosotros analizamos el caso del Pedro II, referencia en la educación pública, gratis y de calidad, y que gradas cómo vanguardia en la diffusion de políticas de derechos humanos los estudiantes, tornandose objetivo favorito aquellos que concuerdan con el Proyecto burgués-conservador, como muestra el proceso movido por el Ministério Público Federal (2017), acusando la escuela de realizar un "adoctrinamiento comunista". Siendo así, nosotros podemos observar claramente los límites de la lucha de clases en el país y el caracter depredador del capital, desde que palabras como "derechos humanos, tolerancia", se convirtieron normas de adoctrinamiento de izquierda.

**Palabras chave:** Crisis del capitalismo. Colegio Pedro II. Escola Sem Partido.



## INTRODUÇÃO

Um dos colégios mais tradicionais do Brasil está no olho do furacão. O Colégio Pedro II, criado em 2 de dezembro de 1837 (COLÉGIO PEDRO II, 2017b), é o maior alvo dos ataques midiáticos à educação pública, como, por exemplo, a alcunha de “Colégio dos Absurdos”, de acordo com o conglomerado Veja/Isto É, que acusa o colégio “[...] de tentar incutir na cabeça de crianças e adolescentes princípios e valores altamente violentos e que contrariam as bases da democracia.” (O COLÉGIO, 2016). Isto se deu por conta da realização de um evento que abordava a Revolução Chinesa dentro do colégio, e que não era voltado para o público discente, apenas o espaço da escola foi cedido, e não houve organização ou qualquer interferência institucional. Esse processo de ataques a uma instituição como o Pedro II, notadamente uma referência no que diz respeito à educação pública e de qualidade, é importante de ser compreendido, não em seu aspecto isolado, mas em sua totalidade.

Em nossa conjuntura, certamente, uma das palavras mais comentadas, seja nos mecanismos midiáticos, seja nas conversas entre as pessoas, é a de **crise**, que se desdobra em muitos elementos: aumento da violência e sensação de insegurança, desemprego crescente, notícias cotidianas sobre corrupção, descrença nas mais diversas instituições, etc. Como desdobramento e percepção da crise pelo conjunto da população, em uma perspectiva também constituída pelos aparatos hegemônicos de mídia, há uma crise **moral**, na qual os problemas acima vistos são atribuídos à índole das pessoas e não a questões sistêmicas mais abrangentes e complexas. Para essa perspectiva, a educação retoma um papel social messiânico, como a solução para esses problemas, ao mesmo tempo que é apontada como vilã por supostamente imputar aos alunos uma “doutrinação de esquerda” que ajuda a corromper as pessoas e destruir as famílias.

Com isso, objetivamos compreender a relação entre o ascenso do conservadorismo na sociedade brasileira e o processo de crise do capitalismo que vivenciamos. Para tanto, tomaremos como objeto de estudo específico os ataques do Programa Escola Sem Partido (ESP) ao Colégio Pedro II, justamente pelas grandes proporções que esse embate vem tomando ao longo do país.

Para concretizarmos esses objetivos, nos calcamos no materialismo histórico e dialético, que almeja não somente a percepção de determinado objeto de estudo, mas a possibilidade de uma intervenção consciente na realidade, pois, “[...] para o método dialético a *transformação da realidade* constitui o problema central.” (LUKÁCS, 2012, p. 68, grifo do autor). Buscamos isso porque entendemos que a realidade em sua forma fenomênica não permite uma compreensão aprofundada de seu caráter concreto, suas determinações, logo, impossibilitando uma ação eficiente na busca por mudanças. Os paradigmas teórico-políticos do materialismo histórico e dialético buscam justamente a ruptura com a perspectiva que se calca apenas no imediato, na forma aparente/fenomênica. (KOSIK, 2002).



Dessa feita, estruturamos este estudo da seguinte forma: inicialmente, abordamos as relações estabelecidas entre a crise do capitalismo e a sua forma de manifestação no Brasil, com a ascensão da ideologia e discursos conservadores e as implicações **do golpe jurídico-político de 2016**; em seguida, traçamos um panorama da realidade educacional no país tendo como marco o período **pós-golpe**, analisando a particularidade do caso do Colégio Pedro II; por fim, buscamos compreender o Programa Escola Sem Partido e sua relação com a conjuntura vivida e os embates no campo da educação, sobretudo o processo de perseguição e ataques promovidos ao Pedro II.

## **A CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A AGUDIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL: O “GOLPE” E O ASCENSO DO CONSERVADORISMO**

O Modo de Produção Capitalista (MPC), antes de um conjunto de relações financeiras e comerciais, é um modo de produção da existência humana, constituído por um conjunto de relações sociais entre os sujeitos, sendo o capital o produto do trabalho social, que, por isso, é um conjunto de relações sociais, realizadas entre pessoas, porém, assume a imagem de uma relação entre coisas. (MÉSZÁROS, 2011b).

Nesse sentido, a adesão dos trabalhadores expropriados ao MPC é um elemento fundamental dentro desse modo de produção da vida, e isso ocorre por meio de uma série de mediações e instituições. Na forma de um controle social, o capitalismo atua na articulação de uma série de estruturas históricas e institucionais, configurando-se em um sistema de mediações que atua desde os níveis mais elementares aos mais complexos da sociedade, da família ao Estado. A crise estrutural do MPC tem como marca atingir a totalidade social, colocando em xeque o conjunto de suas instituições, inclusive as instituições de ensino e também a chamada “família tradicional”.

O desenvolvimento capitalista se dá por ciclos, entre períodos de crescimento e de crises. As crises que o capitalismo atravessa só podem ser compreendidas, à luz do pensamento marxiano, de modo dialético, como desdobramentos das contradições sistêmicas que se desenvolvem. “São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural no processo de acumulação do capital.” (CARCANHOLO, 2011, p. 73). Sendo assim, entendemos que a crise que vivemos atualmente é uma continuação intensificada do processo de crise que irrompeu em 2008 no mercado imobiliário dos Estados Unidos<sup>2</sup>.

A raiz da atual crise é a comprovação da incontrollabilidade do capital. O capital acumula de forma desigual entre os componentes que o constituem, cada vez proporcionalmente mais em capital constante (máquinas, tecnologia, instalações, etc.) do que em capital variável (força de trabalho), gerando o que Marx denominou de uma tendência à queda da taxa de lucro. Nesta aproximação, o que gera a crise não é a ausência de condições para o crescimento da acumulação, mas o próprio crescimento que gera uma superacumulação na qual os capitais não conseguem



voltar ao ciclo de sua reprodução ampliada com taxas de lucro aceitáveis. (IASI, 2016a).

Para garantir seu movimento contínuo de autovalorização, o capital deve buscar novas áreas de investimento de forma a aplicar o capital sobrando, assim como reduzir seus custos de produção. Sendo assim, são saídas recorrentes para o capitalismo tentar manter a sua autoexpansão: a privatização de espaços e serviços públicos essenciais à população, como educação, saúde, segurança, e previdência social; assim como a ofensiva sobre os direitos trabalhistas, a agudização do desemprego estrutural, e tudo aquilo que possa ser um “ônus” às possibilidades de manutenção dos imperativos de autoexpansão do capital. (MÉSZÁROS, 2011b).

Elementos que cada vez mais atestam a incapacidade de o capital se reproduzir são: o aumento da população em condições famélicas, por mais que haja uma produção recorde de gêneros alimentícios, e convivamos com frequentes descartes de comida para a manutenção dos preços das mercadorias; cortes sistemáticos por partes dos governos de recursos dos serviços essenciais à vida humana para ampliar a remuneração do capital; formação de uma população cada vez mais supérflua para o funcionamento do capital, com um crescimento em larga escala do desemprego, além da precarização dos postos existentes. É justamente essa incapacidade de atender minimamente às demandas de existência da humanidade que colocam em xeque a própria sociabilidade do capital. (MÉSZÁROS, 2011b).

Isso acarreta em uma crise nos padrões de sociabilidade do capital, no processo de produção de subjetividade, em que os valores outrora cultivados entram em colisão com a realidade material, as promessas ideologicamente realizadas pelo sistema como liberdade, acesso ao consumo, emprego para todos, recompensa ao mérito individual, não conseguem se efetivar ao passo que o desemprego afeta um grande contingente populacional, pouco ou muito qualificado, independente do grau de esforço individual. Esse processo pode engendrar alguns movimentos na constituição da consciência. A partir de determinadas condições, a contradição entre os valores sistêmicos internalizados e as relações vividas pode gerar uma superação inicial da exacerbação do individualismo, e o que é fundamental nesse sentido é a coletividade, quando o sujeito consegue ver em outras pessoas a sua própria contradição, o que possibilita gerar uma ação conjunta para superar essa condição. “A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade.” (IASI, 2011, p. 29).

Entretanto, esse processo pode engendrar uma concepção de mundo ainda mais conservadora no que diz respeito à manutenção da ordem e do *status quo*. Nessa perspectiva, se intensificam os caracteres hegemônicos da sociabilidade capitalista: há a ampliação do individualismo, das noções de esforço e mérito, os sujeitos tendem a se isolarem de qualquer tipo de solidariedade, e a lógica superintensificada da competição passa a ser diretriz que rege as vidas dos sujeitos. Nesse processo, com a clara atuação ideológica da burguesia e de seus



meios de produção, materiais e espirituais, há uma clara campanha de produção do ódio às noções de coletividade, de ataques às minorias, com um recrudescimento do pensamento conservador. A mediação que possibilita que se incute esse ódio nas pessoas, o ódio de classe, é a ideologia, na forma da internalização das relações sociais dominantes como valores. (IASI, 2016a).

Nesse ínterim, outro elemento fundamental na composição do conservadorismo é o fundamentalismo religioso. Diante da impossibilidade de apreender a realidade material e atribuir sentido a ela, sobretudo em um momento de crise, o apelo a uma transcendência divina se torna muitas vezes a forma de sobrevivência psíquica dos sujeitos. Além disso, não deixa ser relevante ressaltar o trabalho material cumprido pelas igrejas e templos religiosos, inclusive de suporte material para os sujeitos alijados do sistema, o que reafirma essa ordem social. O irracionalismo fruto do fundamentalismo religioso é elemento de reafirmação da ordem do capital, pois, ao mesmo tempo que a realidade material aponta a sua impossibilidade de garantir a existência dos sujeitos: fome, desemprego, violência; ideologicamente há uma grande atuação da grande imprensa e das religiões no sentido de reafirmar o quanto essa mesma ordem é desejável para os indivíduos. Destacamos as religiões neopentecostais, pautadas pela Teologia da Prosperidade, que associam o bem-estar material com a evolução espiritual dos sujeitos, ao reafirmar valores como a meritocracia, a liberdade de mercado, e, prometer uma “melhor vida futura” para os sujeitos que se adaptarem de forma resignada aos problemas do mundo.

Consequentemente, o irracionalismo se torna o cerne da concepção de mundo conservadora ao afirmar para os sujeitos que as causas de suas mazelas são frutos de uma vontade superior e que são a base para alcançar o “paraíso prometido”. Dessa forma, qualquer tipo de subversão ou mudança dessa ordem e, por conseguinte, de sua sociabilidade, é vista como indesejável para os sujeitos, pois, obstaculiza a sua “salvação espiritual”. Consequentemente, os sujeitos que lutam por mudanças sociais (partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais) devem ser duramente combatidos e eliminados. Ontologicamente, o irracionalismo se funda “[...] na transcendência, um princípio que ignora a base ontológica material que fundamenta o ser social e institui formas de consciência que levam à intolerância.” (SILVA et al., 2014, p. 417).

No Brasil, esse processo de crise e da ascensão conservadora teve seu ponto alto, até o presente momento, com o “golpe” jurídico-político que levou à retirada da Presidenta Dilma Roussef do governo, possibilitando ao vice usurpador levar a cabo uma agenda de intensificação das políticas que retirada de direitos já promovidas anteriormente pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É claro que não podemos retirar a grande responsabilidade do PT pelo golpe, pois, entendemos que foi por conta da política de conciliação de classes que ele se tornou possível. O fato de atuar sem romper com a lógica de produção e reprodução capitalistas, e, com isso, precarizar uma série de serviços públicos, realizar políticas de privatização, retirar direitos, dentre outros problemas, além dos envolvimento em casos de



corrupção, fez com que o discurso conservador da moralidade burguesa se tornasse concreto e palatável para o senso comum. (IASI, 2016b).

A crise da democracia de cooptação, do pacto de classes operado pelos governos petistas, cria o cenário no qual os comportamentos individuais podem encontrar as condições favoráveis para se expressar coletivamente. Uma pessoa isolada, por mais que tenha convicções conservadoras, não se sentiria a vontade em expressar pensamentos tão cruéis. (IASI, 2016a).

O “golpe” foi gestado desde o final das eleições de 2014, quando o candidato derrotado nas eleições presidenciais, Aécio Neves, disse não aceitar o resultado das eleições, em uma eleição extremamente polarizada não por um projeto claro de classe, porquanto Dilma já sinalizava uma intensificação da política de ajuste fiscal, mas entre perspectivas mais progressistas de mundo e um maior conservadorismo, especialmente tratando da temática da corrupção.

A impossibilidade de se questionar a ordem em vigor e seus mecanismos estruturantes faz com que a precarização da vida dos indivíduos seja, em uma concepção conservadora, um problema de ordem ético-moral, e consequência de um desvirtuamento dos sujeitos que tentam transformá-la, a base da histeria anticomunista. A isso se juntam os escândalos de corrupção veiculados pela grande mídia durante o governo PT, alguns existentes, outros não, embora todos superdimensionados pela mídia e pelos segmentos conservadores, a fábrica de notícias falsas contra a esquerda foi inflada pelas redes sociais e também cumpriu grande papel.

Contudo, é importante destacar a responsabilidade do PT que, ao não romper com a lógica de produção da vida do capital, e sua adesão às políticas de caráter neoliberal, com a focalização dos direitos e políticas públicas, da conversão do cidadão de direitos para o consumidor de serviços públicos e de promover uma ideia de cidadania via consumo, fez com que houvesse uma despolitização dos sujeitos a partir da mudança de paradigma da relação entre sujeito, Estado, sociedade, política, etc. Em um momento de crise, quando o consumo prometido não se torna mais possível, com o desinvestimento em serviços públicos além de sua precarização, com os limites das políticas focais, a subjetividade dos sujeitos se torna bastante acessível às concepções de mundo mais reacionárias.

Com isso, o crescimento do conservadorismo é fruto do processo de tentativa da perpetuação do MPC, suas bases ideológicas, a configuração das relações sociais dominantes em valores e concepções de mundo. É a necessidade de manutenção do *status quo* que impede uma crítica à totalidade sistêmica e busca subterfúgios para justificar o insucesso do sistema. Essas mistificações são canalizadas em termos de sentimentos que se configuram em ódio de classe, direcionado contra as organizações de esquerda, sindicatos, e outras organizações da classe trabalhadora, contra as minorias e os poucos direitos adquiridos, vistas como culpadas pela crise moral, pela dissolução da “família tradicional”, além da intensificação da rotineira violência contra os elementos mais pauperizados da população. “O moralismo da cruzada



contra a corrupção serve, desta forma, tanto para angariar apoio nos setores médios, como atacar as bases das classes trabalhadoras oferecendo a explicação da corrupção como cortina de fumaça que encobre a dinâmica da exploração capitalista.” (IASI, 2016b).

Arma-se um circo jurídico-parlamentar acompanhado de atos massivos, endossado pela grande mídia e por grande parte dos segmentos religiosos, para realizar o impedimento de Dilma Rousseff, cujo grande objetivo era intensificar os ataques à classe trabalhadora e possibilitar a recomposição das taxas de lucro e a criação de novos espaços de acumulação para o capital.

O governo Dilma, antes mesmo do golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial que usurpou seu mandato, já agonizava desde 2015, inclusive por incompetências e erros. Foi sangrado até o último suspiro por seus algozes entrincheirados no Congresso Nacional e em amplos setores do Judiciário (com a aquiescência do douto STF) que contaram com as armas de uma Polícia Federal completamente partidarizada e, sobretudo, com as poderosas armas ideológicas da grande mídia burguesa. Criou-se uma situação, deliberada e irresponsavelmente, que afundou não apenas Dilma e seu governo, mas o próprio país foi levado a uma crise monumental que, para além de seus determinantes econômicos principais, foi piorada *conscientemente* pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos. (BRAZ, 2017, p. 88).

Com a consolidação do “golpe”, assume Michel Temer, o vice usurpador, que estabelece como principal objetivo retirar direitos dos trabalhadores e avançar no processo de privatização do patrimônio nacional, como vemos as Reformas Trabalhista e da Previdência, as tentativas de privatizar ativos da Petrobrás, Caixa Econômica Federal, e Correios, além de limitar severamente as possibilidades de gastos públicos em serviços essenciais com a PEC 55/2016, que congela esses gastos por 20 anos. Contudo, esse processo não ocorreu sem resistência, sobretudo dos setores ligados ao funcionalismo público, em especial da educação. Em 2016, nos diversos âmbitos do governo, municipal, estadual e federal, houve uma série de movimentos de resistência a esses ataques promovidos nas três esferas de poder, o que resulta na consolidação do fenômeno de ocupações de escolas, com o protagonismo do movimento discente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, assim como uma série de greves dos profissionais da educação. A educação, então, passa a ser cada vez mais um elemento importante no processo da luta de classes, e o Colégio Pedro II, pela sua relevância histórica, junto com uma série de avanços realizadas nos âmbitos dos direitos humanos, passa a ser o alvo ser atingido pelos segmentos conservadores como poderemos ver adiante.

## **POR QUE O PEDRO II? UMA REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE E NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

Os recentes e constantes ataques à educação, em especial à educação pública, gratuita e de qualidade não são mera coincidência, ou elemento circunstancial, como pudemos observar. Faz parte de um processo de reagrupamento da burguesia em virtude da crise do capitalismo,



do combate à crise que assola toda estrutura societária do MPC, que afeta a educação, entendida dialeticamente como fator preponderante na constituição dessa sociedade, tendo em vista a mediação fundamental da luta de classes que nos coloca o seu papel de resistências e rupturas para com a ordem capitalista em vigor.

É um fenômeno do capitalismo o processo de massificação da educação formal, ainda que de forma dual, ou seja, fragmentada em tipos de organização voltados para os interesses e necessidades de cada classe, de acordo com os imperativos de autovalorização do capital. A educação, então, atua como instrumento de desenvolvimento das forças produtivas, e também como uma demanda da própria classe trabalhadora.

Assim, há a criação de instituições responsáveis por realizar essa educação da classe trabalhadora, seja para formá-la enquanto força de trabalho mais qualificada para ocupar os novos postos de trabalho, seja para arrefecer os choques provenientes das lutas de classe [...]. Dessa forma, além da criação de novas escolas, há a necessidade de criação de novas instituições capazes de disseminar a ideologia burguesa para a classe trabalhadora, ao passo que também há o desenvolvimento de novas formas organização da classe trabalhadora e o seu fortalecimento, sindicatos, partidos e afins. (SILVA, 2015, p. 30).

Torna-se, então, tarefa da escola atuar no processo de conformação de valores e conhecimentos necessários para a manutenção do *status quo*, por mais que também represente um espaço possível de contestação da ordem, sobretudo em momentos de crise com o crescimento da miséria, fome, desemprego e outras implicações da ordem do capital.

E como a escola realiza esse processo? Para além do currículo, dos saberes e conhecimentos a serem abordados pela escola, a conformação ideológica tem seu fundamento concreto nas relações sociais estabelecidas em seu interior. Desde que inicia na escola, a criança passa a possuir obrigações para com aquela coletividade, em que ela passará a ser julgada de acordo com o seu desempenho, neste caso, a avaliação, a cristalização de determinadas relações sociais. A partir do momento em que há o processo de premiação/castigo relativo às atividades escolares, “só brincar depois de estudar”, um reconhecimento social e recebimento de cargas afetivas positivas e negativas, começam a existir relações de produção de determinado valor, em que só há o recebimento de seu valor de uso (o brincar e as cargas) após entregar um determinado valor de troca (a nota/bom comportamento), uma mimetização da própria vida adulta e das relações de produção capitalistas, guardadas as devidas proporções. (IASI, 2012a).

A escola e o trabalho, por excelência, são os meios de reprodução de determinadas relações sociais (imposição de regras de convívio, de uma sociabilidade, para que a necessidade do sujeito seja atendida), por isso, se convertem em instrumentos de construção do autocontrole, logo, de adesão à sociabilidade capitalista.

De fato, toda educação orienta-se para formar no educando possibilidades bem determinadas, que em dadas circunstâncias parecem socialmente importantes, e reprimir, ou modificar, aquelas que parecem prejudiciais para essa situação. A



educação das crianças bem pequenas para que caminhem de forma ereta, para falar, para atuar no interior da assim chamada ordem, para evitar contatos perigosos etc. etc., no fundo nada mais é do que a tentativa de formar aquelas possibilidades (e reprimir as não correspondentes) que pareçam socialmente úteis e vantajosas para a vida daquele que será um dia um adulto. (LUKÁCS, 2010, p. 221).

Nesse sentido, o Colégio Pedro II surge no Brasil como uma escola de elite, criada na época do Império, que tinha como função a preparação dos dirigentes da sociedade, já que a classe trabalhadora, além de estar em uma sociedade ainda escravocrata, não tinha condições sequer de frequentar qualquer instituição educacional. “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil.” (COLÉGIO PEDRO II, 2017b). Dessa feita, o Pedro II assume um caráter de destaque no conjunto da sociedade brasileira, um grande peso social para uma educação que, embora ofertada pelo Estado, apenas fosse ofertada para os filhos das camadas dirigentes da sociedade.

Ao longo de seus mais de 170 anos de existência, o colégio passou por uma série de mudanças, embora mantivesse o caráter de referência enquanto educação de qualidade, fato confirmado pelos seus processos seletivos extremamente concorridos, o que, desde já, reafirmamos nossa discordância dos critérios de meritocracia para o acesso do que é público. A partir de 2012, ele passa por uma mudança fundamental em sua estrutura: “[...] equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da lei 12.677/12, o Colégio Pedro II conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, e uma unidade de educação infantil.” (COLÉGIO PEDRO II, 2017b). Com isso, passa a somar desde a educação infantil até cursos de pós-graduação, mais de 13 mil alunos, integrantes das camadas sociais mais diversas, ainda que haja um caráter elitista por conta da forma meritocrática de se obter o acesso, porém, há avanços a partir da adoção da política de cotas.

Com uma infraestrutura e condições de trabalho bastante acima da média das escolas públicas administradas pelos poderes estaduais e municipais, o colégio oferece uma grande variedade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que vão desde atividades de monitoria, reforço, realização de grupos de pesquisa com iniciação científica, além de iniciação artística e cultural, oferta de atividades de extensão voltadas abertas à comunidade. Podemos ver que, em 2016, havia cerca de cinquenta e sete grupos de pesquisa cadastrados no colégio, com a participação de alunos, professores, servidores técnico-administrativos e demais pesquisadores externos ao colégio. (COLÉGIO PEDRO II, 2017b).

Ademais, o Pedro II também conta com uma considerável participação do movimento discente na decisão de seus rumos, mesmo que esteja bastante distante do ideal para chamar de uma gestão de fato democrática, mas é, considerando o contexto em que vivemos, um avanço nesse processo. Diante desse cenário, destaca-se o processo de reformulação do Código de Ética Discente<sup>3</sup>, com a participação de 32 estudantes de todos os *campi*. Destacamos que dois dos objetivos centrais desse documento podem ser destacados: “[...]”



difundir os princípios de solidariedade humana, de respeito mútuo e de cordialidade recíproca entre todos/as os/as estudantes, sem distinção de etnia, condição social, gênero, credo, idade, ideias ou quaisquer outras diferenças que digam respeito à pessoa do/a estudante.” (COLÉGIO PEDRO II, 2017c, p. 04), e também “[...] coibir qualquer forma de violação dos direitos humanos.” (COLÉGIO PEDRO II, 2017c, p. 04).

Para tanto, há alguns direitos dos estudantes estabelecidos nesse documento que gostaríamos de ressaltar: “[...] ser respeitado por seus/suas educadores/as, bem como por toda a comunidade escolar [...]”; “[...] ter sua integridade física e moral preservada e não ser exposto indevidamente e sob qualquer pretexto, nos meios de comunicação, inclusive os virtuais.” (COLÉGIO PEDRO II, 2017c, p. 06). Assim como há alguns deveres importantes presentes nesse documento, dentre os quais observamos:

[...] respeitar os princípios de liberdade religiosa, de pensamento, de preferência política, e o direito de ir e vir de todos os membros da comunidade escolar; não promover propagandas ideológicas e práticas que estimulem a discriminação e o preconceito de quaisquer espécies, que firam os direitos humanos e que promovam a violência; estimular a convivência pacífica e respeitosa entre os membros do Colégio Pedro II, respeitando as diferenças individuais no que se refere às ideias, à etnia, à condição social, à orientação sexual, ao gênero, à crença, à idade, à condição física, à psíquica, abstendo-se de qualquer tipo de atitude preconceituosa e discriminação; não praticar *bullying* e/ou *cyberbullying* contra qualquer membro da comunidade escolar. (COLÉGIO PEDRO II, 2017c, p. 08).

Com isso, podemos observar o compromisso do colégio na promoção de valores ligados aos direitos humanos, à democratização das relações e no combate ao preconceito e opressões sofridos pelas minorias. Justamente por defender essa ordem de valores que o colégio entrou em uma polêmica de grande repercussão na mídia e na sociedade, a abolição da distinção de gênero nos uniformes para os seus alunos, o que a mídia oportunista junto com os segmentos conservadores tratou apenas como “liberar a saia para meninos”. “Na prática, o uso de saias está liberado para os meninos. Desde maio deste ano, o Pedro II adota na lista de chamada o nome social escolhido por alunos e alunas transexuais.” (THOMÉ, 2016,).

Esse ato, ainda que simples para nós, foi, para os segmentos conservadores, absurdo, pois, implica na busca pela igualdade de direitos dos alunos transexuais, que encaram todo tipo de problemas e preconceitos em suas vidas a partir de sua orientação sexual, sendo uma grande vitória para os mesmos. O Pedro II, então, se consolida como vanguarda na luta por uma educação pautada por valores relativos aos direitos humanos e da solidariedade humana. Ao analisarmos, então, o papel esperado pela educação formal dentro da lógica do capital, de reprodução de suas relações sociais, inclusive aquelas de opressão, preconceito e discriminação, podemos ver alguns elementos de crítica e ruptura a esse padrão de sociabilidade.

Além disso, diante dos ataques promovidos contra a educação pelo Governo Michel Temer, como a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que congela os gastos em serviços públicos essenciais por 20 anos, assim como a absurda Reforma do Ensino Médio, os



servidores e alunos protagonizaram um grande movimento de resistência e combate a essas medidas. Destacamos o processo de ocupação estudantil dos *campi* localizados no Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias, além da greve dos servidores que possuía como pauta o enfrentamento a essas propostas, tendo como marco a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

O efeito concreto da PEC “do fim do mundo”, como foi apelidada pelos movimentos sociais, é o de reduzir drasticamente, em termos relativos, das verbas destinadas a serviços como saúde e educação, ou seja, ocasionando uma precarização ainda maior da oferta desses direitos por parte do Estado. Esse projeto, apesar da prerrogativa de equilibrar os gastos do governo, apenas atua para transferir verbas desses serviços para a remuneração do capital privado via dívida pública, o que é fundamental para o MPC, ainda mais em um momento de crise, além de ampliar os espaços de inserção para o capital expandir seus lucros e manter seu ciclo de autovalorização.

Já a Reforma do Ensino Médio parte da culpabilização da educação e da forma como é realizada para o insucesso do país, retomando a lógica messiânica da educação como salvação das pessoas, por conseguinte, do país. O fato de a Reforma ter sido implementada via decreto, sem qualquer tipo de debate, foi o estopim da revolta dos movimentos ligados à defesa da educação pública. Parte-se da necessidade de ampliar o turno dos alunos para o horário integral, o que, de fato concordamos, mas, se torna inexecutável, quando se conjuga isso a uma redução das verbas disponíveis para a educação. Além disso, o grande gargalo da reforma do ensino médio é a “oferta” de itinerários formativos sem a obrigação de as escolas oferecerem todas as opções, ou seja, força os alunos a uma especialização precoce, provavelmente em uma área que não seja de seu interesse.

A propaganda principal do governo se vale da ideia de que os alunos poderão ter a liberdade para estudar aquilo que julgam mais interessante e útil para a formação, considerando suas escolhas profissionais futuras. Contudo, os especialistas ouvidos avaliam que não será assim, as escolas não possuem infraestrutura para oferecer todos os itinerários. O que acontecerá na prática é que cada escola oferecerá um itinerário e o aluno não terá opção. (SHAW, 2017).

Outro grande agravante é que com a possibilidade de escolha dos itinerários formativos, uma série de disciplinas deixa de ser obrigatória para os alunos, resultando em um empobrecimento de sua formação, por exemplo, as disciplinas que passarão a ser tratadas como “[...] ‘estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia’. Contudo, isso não determina a obrigatoriedade das disciplinas, mas de seus estudos, dessa forma o conteúdo poderá estar diluído em outras disciplinas, como história e geografia, ou mesmo ‘estudos sociais’.” (SHAW, 2017). Ou seja, os alunos já bastante precarizados da rede pública terão ainda mais esse prejuízo em suas possibilidades formativas.

Ademais, há a possibilidade de contratação de professores via notório saber, o que implica no esvaziamento do trabalho docente, de suas prerrogativas mais básicas de formação,



assim como na própria precarização das condições de trabalho, com o estabelecimento de contratos temporários como regra e não como exceção da contratação de professores, com o objetivo de quebrar o funcionalismo público em sua estabilidade.

Apesar da grande greve dos servidores federais, em especial da educação, contra todos os retrocessos acima elencados, o protagonismo das lutas foi, de fato, dos alunos com o processo de ocupação de escolas. No período de votação e discussão da PEC 55/2016, chegamos a ter ao longo do país mais de mil escolas ocupadas. “Ao todo, segundo a entidade, são 995 escolas e institutos federais, 73 *campi* universitários, três núcleos regionais de Educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totaliza 1.072 locais.” (TOKARNIA, 2016).

Os alunos do Pedro II se mostraram bastante ativos nesse processo, ocupando todos os *campi* que contavam com alunos de Ensino Médio, realizando uma série de atividades artísticas, culturais, fora atividades de ensino e pesquisa também, resultando em uma mudança da própria dinâmica escolar, a partir de uma pauta interna própria, cuja principal reivindicação era a de democratização das relações dentro da escola, como nos mostra o “Documento final extraído no processo de ocupação do Colégio Pedro II.” (OCUPACP2, 2017). Dentre as propostas está a “criação do Conselho Escolar”, participação em fóruns decisórios, como o Conselho de Classe (COC), Conselho Superior (CONSUP), etc., além da retomada da discussão do Projeto Político-Pedagógico da escola com participação efetiva dos alunos. (OCUPACP2, 2017).

Esse processo de choques e tensões, mesmo que não atinja criticamente a totalidade da ordem capitalista, se volta contra elementos de sua ordem societária, suas normas, valores e padrões. Além disso, a luta por condições de estudo e trabalho afeta frontalmente o próprio imperativo autoexpansionista do capital, ao passo que há a disputa de recursos que podem ir para os capitalistas por meio da transferência de verbas dos serviços básicos para o pagamento da dívida pública e seus juros. Sendo assim, é uma luta que se estabelece material e simbolicamente contra a ordem em vigor, embora muitas vezes ocorra de forma inconsciente. O fato de, em tempos de exacerbação do individualismo, da exaltação da competição e da meritocracia, da disseminação de todos os tipos de preconceitos, haver uma proposta de educação que se pautasse pelos interesses comuns, pela associação coletiva, pelo respeito às diferenças, significa um marco na resistência da classe trabalhadora.

Todavia, esse processo não se deu sem tensões, externas e internas, pois, como é possível que uma escola de “excelência”, pudesse aceitar a luta pelos direitos humanos, inclusão dos direitos da população LGBT, dentre outras conquistas democráticas? Não obstante, há uma série de movimentos internos de responsáveis e alunos contra a greve, pela desocupação dos *campi*, inclusive levando a questão a uma judicialização no Ministério Público Federal. Com isso, o Pedro II, com maior ênfase a partir do segundo semestre de 2016, passa a ser o alvo predileto dos ataques midiáticos e conservadores, que se consubstanciaram na pauta do Programa Escola Sem Partido (ESP).



## O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO E A “CRISE” DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS ATAQUES REACIONÁRIOS AO COLÉGIO PEDRO II

Os movimentos de resistência da classe trabalhadora durante o governo PT foram, em geral, puxados pelos setores da educação, seja por conta das greves dos profissionais da educação, que costumam ser as maiores e mais duras em termos de enfrentamento, seja por conta do recente fenômeno da ocupação de escolas por parte dos movimentos estudantis. A consolidação da educação enquanto um dos polos de maior resistência da classe trabalhadora aos imperativos do capital logo faz com que Miguel Nagib (fundador do Movimento Escola Sem Partido – MESP), partícipe do Instituto Millenium, um *think tank* neoliberal, que tem como bandeiras a privatização total da educação e sua organização de acordo com a lógica de mercado, busque discursar contra a “contaminação ideológica de esquerda” nas escolas, e defenda o ideário liberal econômico na educação, como a defesa total da propriedade privada e da sociedade de mercado, com a responsabilização individual e a meritocracia.

Contudo, o ESP data de 2004, mas nunca obteve qualquer importância nos debates educacionais nesse período, só assumindo alguma relevância no período pós- crise, em especial a partir das “Jornadas de Junho e Julho de 2013”. Isso somente ocorre, quando de maneira oportuna/oportunista Miguel Nagib busca articular a sua luta contra a presença da esquerda na escola às questões de gênero e sexualidade, angariando para o seu movimento as parcelas mais conservadoras da sociedade e ganha uma crescente importância nos debates educacionais.

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. O foco principal é a “ideologia de gênero”, mas a regra contempla também as posições políticas sobre outras questões e mesmo a teoria da evolução das espécies ou o heliocentrismo. Se as escolas privadas poderiam incluir cláusulas contratuais que garantissem a possibilidade de apresentação de determinados temas em sala de aula, as públicas teriam que se curvar aos vetos de tantos pais de alunos quantos quisessem se aproveitar da prerrogativa. (MIGUEL, 2016, p. 601).

O ESP se converte numa verdadeira cruzada que incorre na culpabilização dos professores pelos insucessos da educação pública, ignorando completamente as questões atinentes às condições de estudo e trabalho, o alvo do ESP e de seu fundador são os professores, acusados de doutrinar os seus alunos. “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalecesse da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.” (NAGIB, 2017).

O ESP ganha um real destaque a partir de 2014, quando a articulação dos parlamentares da família Bolsonaro, vereador Carlos no município do Rio de Janeiro, e



deputado Flávio no estado do Rio de Janeiro, junto a Miguel Nagib para apresentar um Projeto de Lei (PL) para sua implementação nas escolas cariocas. (CARLOTTI, 2016). Por exemplo, em Alagoas, sob a alcunha de **Escola Livre**, um projeto de conteúdo análogo foi aprovado. Esse processo repercutiu nacionalmente e resultou na apresentação de dois PLs de nível nacional na Câmara e no Senado. Assim, o site do ESP<sup>4</sup> divulga um modelo de PL a ser implementado em nível federal que postula o seguinte nos seus diversos artigos:

[...] Art. 3º. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos estudantes nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero; Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. (ESP, 2017a).

Destacamos inicialmente o artigo 3º que advoga a impossibilidade de o Poder Público tratar de qualquer forma de orientação sexual se não a biologicamente determinada por mais que haja uma série de avanços no que diz respeito à conquista de direitos pela população LGBT, pois, isso seria, segundo o ESP, uma **doutrinação ideológica de gênero**. Além disso, o professor também estará proibido de fomentar qualquer tipo de opinião sobre os mais diversos temas, nem promover debates sobre os assuntos mais complexos e polêmicos. Nesse sentido, o professor deve pautar o seu conteúdo curricular e abordagem didático-pedagógica de acordo com as convicções morais e religiosas da família dos alunos, por mais que isso possa implicar em valores extremamente preconceituosos como o racismo, machismo e LGBTfobia, contrapondo-se inclusive aos próprios documentos educacionais do país que preconizam a convivência, solidariedade e respeito mútuo a qualquer tipo de diferença. Por fim, os professores também não podem estimular que os alunos realizem o exercício de sua cidadania mediante a participação em manifestações e passeatas.

Com isso, a armadilha do ESP está em articular os temas de gênero e diversidade sexual com os elementos próprios de classe. O processo, então, sob o risco de punição, humilhação pública, demissão, etc., deve fortalecer a ideia da família nuclear burguesa. Esse fortalecimento agrada tanto aos setores conservadores, quanto limita as possibilidades críticas fruto das contradições de classe da sociedade capitalista.

Outrossim, é importante ressaltar que o site do ESP também conta com **dicas** para identificar o que poderia ser um professor doutrinador, dentre as quais vamos destacar algumas:

[...] se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; adota ou indica livros,



publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas; utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constringendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos. (ESP, 2017c).

Nesse sentido, abordar elementos para além do conteúdo estrito da disciplina seria um ato de doutrinação de acordo com o ESP, assim como divulgar passeatas, atos públicos e manifestos. Além disso, o professor deve esconder suas preferências ideológicas dos alunos, pois, do contrário, seria um ato de doutrinação e constringimento para com eles. Enfim, o professor deve atuar de acordo com os pressupostos estritos da neutralidade técnica, impossibilitando quaisquer tipos de divergência e debates em sala de aula. Caso contrário, o professor é ameaçado de ser processado podendo resultar desde uma multa, demissão, e até mesmo prisão caso descumpra as imposições do ESP. Todavia, apesar de reivindicar não ter qualquer tipo de vinculação partidária, o ESP realiza claramente o apoio eleitoral a figuras ligadas à política partidária, como a família Bolsonaro no Rio de Janeiro, dentre outros candidatos ao longo do país nas eleições de 2016<sup>5</sup>.

De acordo com Mészáros (2012), a constituição da ideologia nos mostra que não importa que o discurso seja contraditório, incoerente, absurdo, desde que ele possua algum tipo de plausibilidade e possua um correspondente nas relações sociais concretas de produção. O que define a aderência ou não de determinado discurso a uma base material é exatamente essa correspondência entre ele e as relações sociais de produção efetivas, logo, as relações dominantes de produção. Possuindo os meios de produção espirituais, escola, mídia, igreja, Estado, a ordem societária em vigor possui uma série de meios de regulação de quais ideias, valores devem e podem ser aceitos ou reprimidos.

No caso do ESP, a ideologia, é taxada como um elemento exclusivo daqueles que pretendem a crítica ou negação da ordem em vigor, de forma que seja tratada como algo pejorativo, como uma preferência subjetiva, sem qualquer base científica ou valor social, o que constitui, na verdade, um elemento de desagregação social. Dentro do grupo hegemônico, afirma-se que “[...] a ideologia não é mais do que uma ideia supersticiosa, religiosa: mera ‘ilusão’, a ser permanentemente descartada pelo bom trabalho da ‘objetividade científica’ e pela aceitação dos procedimentos intelectuais adequados e ‘axiologicamente neutros’.” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65).

De acordo com os paradigmas da ideologia dominante, o papel da escola é a transmissão dos conhecimentos pautados por uma suposta neutralidade e objetividade científica, e não haveria a possibilidade de crítica à ordem em vigor, pois, ela é resumida à mera iniciativa doutrinadora de alguns professores subversivos. São funções das autoimagens da ideologia dominante “[...] fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2012, p. 69, grifo do autor).



É nesse sentido que investigamos o processo de perseguição ao Colégio Pedro II por parte do ESP e de seus ativistas, inclusive aqueles presentes no poder judiciário do país. Diante de todo caráter de ataque e difamações midiáticas ocorridas nos últimos tempos, o poder judiciário na figura do Ministério Público Federal (MPF) resolveu processar o Colégio e alguns servidores, além do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) e do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL), por supostamente realizarem uma espécie de doutrinação político-partidária nos alunos do colégio. Não tivemos acesso ao processo completo, que possui mais de 1000 páginas, com as supostas provas dessa doutrinação, mas acessamos sua compilação com 78 páginas em que o Procurador Fábio Aragão apresenta aquilo que julga ser mais importante para o andamento do processo. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Em síntese, alegam os pais de alunos, o que veio a ser *comprovado* durante a tramitação do Procedimento Administrativo em epígrafe, que o *SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II (SINDSCOPE)*, ora Réu, fundou dentro da repartição pública de ensino um núcleo do partido político denominado PSOL (*Partido Socialismo e Liberdade*), objetivando:

- i) realizar reuniões político-partidárias do PSOL dentro do Colégio Pedro II, já que a sede do SINDSCOPE está situada neste Colégio;
- ii) doutrinar alunos na ideologia esquerdista comunista;
- iii) formar alunos para serem militantes do PSOL; e
- iv) realizar campanha eleitoral do PSOL dentro do Colégio Pedro II. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 03, grifo do autor).

A principal justificava para essa grave acusação, de fundar um núcleo do PSOL dentro do Colégio Pedro II, é a seguinte, a realização de protestos por parte dos servidores e estudantes contra o governo de Michel Temer e de suas políticas. “Já que o PSOL considerou o processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef um ‘golpe’ das elites burguesas, e que seria ilegítima a nova presidência exercida por Michel Temer, um dos lemas do PSOL e de Marcelo Freixo é ‘Fora Temer’ [...]” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 04, grifo do autor), e, por isso, dizer Fora Temer seria automaticamente uma campanha do PSOL dentro da escola. Ou seja, de acordo com essa premissa, todos aqueles que se contrapuserem ao Governo Temer estariam necessariamente vinculados ou fazendo propaganda político-partidária para o PSOL, ainda que esse seja o governo mais impopular da história, contando apenas com 7% de aprovação da população.

Sendo o governo Temer um governo de recomposição da classe dominante, fruto de um golpe jurídico-político impetrado com a ajuda dos setores mais conservadores do país, por mais que a popularidade de Michel Temer seja baixa, o fato de a escola pública significar uma resistência aos seus ataques que, na verdade, são os ataques do próprio capital, torna-se inadmissível. Como já vimos que o ESP parte do pressuposto que a escola não pode em hipótese nenhuma constituir um espaço de debates, o que se agrava em um contexto de crise do capitalismo, em que as possibilidades de crítica e negação se tornam mais limitados, é fundamental combater quaisquer resistências promovidas por servidores e alunos. Para tanto, aliado ao pensamento conservador se fortalece o combate às resistências da classe



trabalhadora por meio da histeria anticomunista, e a posição dos alunos se torna fruto de uma “doutrinação esquerdista-comunista” dos docentes.

Sendo assim, a “doutrinação esquerdista-comunista” ocorre pela divulgação de faixas e cartazes

[...] “Fora Temer” pela instituição, tendo em vista a seguinte assertiva “Ministério Público Federal obteve a informação, inclusive documentalmente por meio de fotografia, de que nas dependências do Colégio Pedro II, unidade no *campus* Realengo II, consta cartaz com o seguinte dizer: “*FORA TEMER, contra o golpe*”. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 06, grifo do autor).

Ademais, reafirmando a sua posição de classe, há também os ataques à própria organização da classe trabalhadora, como as acusações ao SINDSCOPE de realizar campanha para Marcelo Freixo nas eleições municipais de 2016 por levantar como palavra de ordem o “**Fora Temer**”, mesmo que na composição de sua direção preze-se pelo suprapartidarismo, contando com várias correntes políticas, desde independentes, até anarquistas e militantes de fato organizados em partido, ignorando até mesmo o direito à organização do sujeito em partidos, direito humano elementar presente em nossa Constituição Federal. É uma clara tentativa de desmoralizar o sindicato, perseguir os servidores da escola e buscar coagir os sujeitos, tentando obstaculizar qualquer tipo de manifestação.

Insta repetir: a inscrição “Fora Temer” é o lema da campanha do PSOL, conforme fotografia já estampada nesta exordial, e o PSOL realizou maciça campanha eleitoral dentro do Colégio Pedro II (CPII) em favor do candidato Marcelo Freixo, por intermédio do Núcleo do PSOL dentro do CPII, instrumentalizado pelo SINDSCOPE, conforme será demonstrado. Registra-se, mais uma vez, **que o SINDSCOPE**, entidade sindical (pessoa jurídica de direito privado), *implantou dentro do Colégio Pedro II um Diretório do PSOL*. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 13, grifo do autor).

Para comprovar suas denúncias, o procurador, além de registros de fotos das faixas e cartazes, acumulou denúncias anônimas de alguns responsáveis, ou até mesmo supostos responsáveis, como mostraremos mais à frente, com um conjunto de falas de caráter extremamente confuso e inconclusivo, que apenas demonstram uma negação a qualquer tipo de divergência ideológica ou política. Realizamos uma compilação dessas falas utilizadas como provas conclusivas da suposta fundação de um núcleo do PSOL-RJ dentro do Colégio Pedro II, além da “doutrinação esquerdista-comunista” ali existente.

“*QUE o SINDSCOPE exerce uma forte influência política sobre os alunos*” (fls. 407). [...] “*QUE hoje a escola é partidarizada totalmente em benefício do PSOL*” (fls. 408). [...] “*O Colégio Pedro II vem sofrendo há tempos com a influência negativa de partidos políticos como o PT e o PSOL. Um sindicato instalado dentro dos muros do CPII, ligado ao PSOL, tem criado grupos organizados que estão mudando a cara da escola*” (fls. 274). [...] “*QUE já ouviu notícias de pais e alunos no sentido de que existe um Núcleo do PSOL, composto por professores do CPII, que funciona dentro da unidade escolar, utilizando-se inclusive da sede do SINDSCOPE, que está situada dentro da referida instituição de ensino*” (fls 291). [...] “*QUE ouviu rumores de que o PSOL age nos CPII por meio do SINDSCOPE*” (fls. 366). [...] “*QUE já ouviu falar de militância do PSOL dentro do CPII*” (fls.



367). [...] “QUE seu filho ingressou no Colégio este ano, mas soube de mães, cujos filhos estudam há anos na instituição, que existe doutrinação política por parte dos professores e do SINDSCOPE”. [...] “QUE o PSOL está infiltrado no CPII por meio do SINDSCOPE, já que muitos professores filiados a este também militam em favor do partido citado” (fls. 529). (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 17-24, grifo do autor).

Todas as frases acima entre aspas são frases dos responsáveis ou supostos responsáveis do Colégio Pedro II. Agora, é de fato de se espantar que “rumores” ou “ouvir falar” possam servir de provas para realizar uma acusação tão séria ao colégio e aos seus servidores. Claramente se coloca uma atitude antidemocrática, antissindical, justamente pela intolerância a qualquer tipo de crítica realizada ao sistema e, por conseguinte, à sua sociabilidade. Inclusive o direito de greve é abordado como forma de estabelecer uma doutrinação dentro da escola.

Recentemente, ocorreram diversas paralisações comandadas pelo Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) que usando da sua prerrogativa para desvirtuar o direito de greve e além do mais usando o espaço e tempo de aula para distorcer a atual situação política do país usando como ferramenta de manobra os alunos do colégio, numa tentativa de angariar adeptos de uma política partidária que em nada contribui para com a educação ou uma busca por melhoria (fls. 258). (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 26).

Ou seja, é nítida uma perseguição de cunho jurídico-político, desarrazoada, sem qualquer tipo de evidência, que parte de premissas absurdas com um único intuito de coibir as atividades docentes e sindicais, além de qualquer manifestação crítica no interior da escola. Os trabalhadores, então, são atacados em suas possibilidades de criticar e enfrentar os imperativos do capital.

O Reitor Oscar Halac, por meio de uma nota pública, explicitou alguns termos do processo de mais de 1000 páginas esmiuçando o caráter das denúncias além dos denunciantes, e, pasmem, “[...] das 7 (sete) manifestações identificadas, temos 4 (quatro) pais de alunos, conforme consulta ao sistema de matrículas do Colégio.” (REITORIA, 2017a). É cada vez mais cristalino o processo de perseguição e organização do ESP para vilipendiar qualquer premissa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, como podemos ver a seguir.

Também verifiquei que há 5 (cinco) denúncias de pessoas moradoras dos estados de: São Paulo (duas denúncias), Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Distrito Federal, além de uma manifestação de denúncia de uma senhora que se identifica como integrante do "MOVIMENTO MÃES PELA ESCOLA SEM PARTIDO". Obviamente, não são pais responsáveis por alunos do Colégio Pedro II. Não vivem no Rio de Janeiro, não conhecem o Colégio e, provavelmente, nunca estiveram na instituição. Mas denunciaram e foram considerados como denunciantes de fato! (REITORIA, 2017a).

Há um amplo envolvimento de caráter extremamente partidário e religioso, apoiado por parlamentares profundamente conservadores, e contam com a omissão de grande parte do que se chama de “direita tradicional” contra toda forma de enfrentamento à ordem em vigor.



Assim, poderemos fazer algumas retomadas e últimos apontamentos em nossa análise. O Colégio Pedro II em nenhum momento estabelece uma ruptura para com a ordem do capital, todavia, por manter um grau de criticidade e, sobretudo, possuir um movimento estudantil bastante atuante, acaba por estabelecer algumas negações, mesmo que parciais, à sociabilidade do capital, em especial ao ordenamento conservador, que é um imperativo para a sua recomposição durante a crise estrutural com a qual nos deparamos.

Ideologicamente, se torna inconcebível para o capital, que uma escola pública e gratuita, que, por conta de sua tradição, seja sempre bastante visada e até mesmo exemplo para outras escolas e redes de educação, se coloque na ponta de lança nos embates com as Contrarreformas promovidas por Michel Temer em prol do capital. A greve dos servidores acompanhada da ocupação de todos os *campi* do colégio contra a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que um grande projeto de sucateamento do serviço público e ampliação da remuneração do capital por meio do fundo público se torna sobremaneira problemática como enfrentamento no âmbito da luta de classes.

Além disso, os avanços internos no que diz respeito aos direitos sociais dos grupos historicamente oprimidos como negros e negras, as mulheres e a população LGBT passam a ser apropriados pelos grupos conservadores, destacando-se o Escola Sem Partido, como fruto de uma doutrinação de esquerda no âmbito escolar, seguindo o caminho de aproximação oportunista dos segmentos conservadores para realizar a imposição de uma pauta de classe. Assim, a promoção da diversidade sexual, com a questão da igualdade de gênero no uso dos uniformes e o reconhecimento da identidade social dos alunos trans logo são utilizadas como evidências dessa doutrinação e, assim, como pretexto para tentar coibir qualquer tipo de crítica/resistência de classe.

Habilmente, há uma articulação entre setores da grande imprensa, com partidos e parlamentares de direita e segmentos religiosos em uma campanha denunciante que busca desmoralizar o Colégio e os seus servidores. Todos segmentos fazendo a associação ideológica vista acima em que diante da impossibilidade de apreender as causas da crise, apela-se para um elemento moral, para o discurso anticorrupção e anticomunismo, apontando estes como os culpados do processo de precarização da vida. A educação, diante de sua centralidade na formação dos sujeitos na sociedade em que vivemos, torna-se também alvo desses ataques, e, se a sociedade e a sociabilidade do capital se encontram em xeque, o problema não está em sua estrutura, mas sim nos setores que pretendem supera-la.

Quando o procurador aponta que a “greve” é uma maneira de buscar influenciar os alunos, e, além disso, se torna abusiva, pois, atrapalha o direito de estudar, se consolida uma campanha para deslegitimar os movimentos de classe, as greves e seus instrumentos de organização, como os sindicatos e grêmios, acusados de aparelhamento e cumprirem interesses meramente partidários, em detrimento dos interesses dos sujeitos envolvidos no processo. Assim, as greves, paralisações, atos, reivindicações e ocupações são abordados



enquanto movimentos de interesse particularistas e não mais como lutas por direitos básicos que são expropriados de forma violenta para a satisfação dos imperativos do capital.

Moralmente, o Colégio Pedro II é apontado como elemento de desvirtuação dos alunos a partir de uma suposta doutrinação, sendo também responsável pelo momento de crise que vive a sociedade brasileira. Ao combater os preconceitos de gênero e de orientação sexual, além do próprio racismo, a instituição estaria destruindo a estrutura familiar e, por isso, gerando o caos social em seu sentido ético.

Nesse sentido, a recomposição do capital realizada por meio da retirada de direitos trabalhistas e sociais necessita de uma adesão da classe ao projeto do capital. Para tanto, os espaços de resistência, por menores que sejam e por menores que sejam suas possibilidades de construir efetivamente uma negação à ordem do capital, devem ser duramente reprimidos. É a base material da ideologia que não se limita, como pensam alguns, ao campo das ideias, mas tem em seu processo de formação a base material. (MÉSZÁROS, 2012).

Logo, se os sujeitos se encontram ameaçados e coagidos, como é a real intenção do ESP, se eles podem ser expostos a qualquer momento, como muitos professores e servidores do Colégio foram nas redes sociais, se há a possibilidade e o constrangimento de serem intimados a depor, os sujeitos acabam ficando receosos de realizar suas práticas pedagógicas naturalmente. Cria-se um clima de desconfiança entre professores, famílias e alunos onde há o espectro da doutrinação, da denúncia, das ameaças, quebrando assim as bases do processo pedagógico, como a necessidade do estabelecimento de vínculos sociais saudáveis entre os sujeitos envolvidos.

Por fim, diante da necessidade de o capital acumular valor crescentemente e do processo de crise em que há o capital sobrando, há a ofensiva nos serviços públicos como saúde, educação, segurança, cultura, etc., em que uma das bases para fazer com que as pessoas possam aderir ao projeto de privatização é o desmantelamento e desmoralização do serviço público, ter uma instituição educacional que articule uma perspectiva mais crítica, inclusiva e democrática de sociedade e bons resultados em exames de avaliação, além de reconhecimento em âmbito nacional e internacional não se torna interessante. Assim, há uma ofensiva sobre o Pedro II tanto em seu aspecto de orçamento, garantindo uma asfixia orçamentária e inviabilizando a realização de suas atividades já em um curto prazo, precarizando condições de estudo e trabalho, assim como uma desmoralização do processo educativo como um todo fazendo com que as pessoas criem uma repulsa não apenas pela escola, mas pelo conjunto da educação pública, fazendo coro à privatização da educação como saída possível para o fim da “doutrinação” e da falta de estrutura do serviço público.

## **CONCLUSÃO**

Em última análise, os últimos tempos vêm nos mostrando o avanço do conservadorismo fruto da própria polarização da luta de classes. Diante da relevância que a



educação pública possui no processo de formação da estrutura societária e de suas potencialidades no que diz respeito à acumulação de capital, ela se torna centro das lutas, pois, podemos localizar na educação pública os últimos movimentos mais relevantes da classe trabalhadora. Assim, o ESP, em sua íntima conexão com os intelectuais do capital, em especial do neoliberalismo, busca aprofundar a sua atuação de forma a reprimir na escola qualquer tipo de possibilidade crítica e de resistência para a classe trabalhadora.

Para tanto, instaura-se um processo persecutório de âmbito jurídico-político contra aqueles que buscam uma nova ordem societária, e, no caso da educação, uma das mais fortes resistências no âmbito da luta de classes, no que diz respeito aos trabalhadores, o ESP vem a cumprir um papel preponderante. Esse programa é a expressão de um projeto de sociabilidade bem definido, no qual os limites civilizatórios frutos da própria irracionalidade do capital são cada vez mais estabelecidos e seus limites demarcados.

Estrategicamente, o Colégio Pedro II, em virtude de sua projeção nacional, foi eleito como alvo predileto do Programa e de seus apoiadores por meio de uma série de calúnias, seguindo a lógica das notícias falsas que acompanhamos crescer desde 2014, que se dirigem não apenas à instituição, mas também aos seus servidores. O constrangimento de âmbito jurídico e também de exposição nas redes sociais tem o claro objetivo de calar os professores e alunos que se posicionam contra a sociabilidade do capital e os valores conservadores, sendo vistos enquanto ameaças à sociedade pelos grupos mais conservadores.

A militância jurídica em prol do capital marca os ataques ao Colégio Pedro II e que, por mais que haja perdas na justiça com a absolvição dos servidores e instituições processadas, gera uma situação de embaraço e constante vigilância rompendo com os vínculos de afeto e solidariedade que são fundamentais no processo educativo. Vilipendiar a imagem da escola e de seus servidores está na ordem do dia dos planos do capital para a educação pública, e o Pedro II pode ser visto como o laboratório de ensaio do Escola Sem Partido para as demais escolas do país. Assim, a luta por liberdades mínimas no âmbito educacional tende se tornar uma constante nos movimentos de classe e na sua forma de conceber a educação.

Se a escola por si só não é capaz de protagonizar um movimento revolucionário, é inegável o seu potencial no processo de atuação para a superação de determinadas relações sociais de produção, sem que neguemos o seu caráter de classe. A escola possui em sua organização e programas uma expressão de um determinado modo de vida, um determinado ambiente cultural, e objetivos para com a formação dos sujeitos segundo uma peculiar normatização social. Assim, fala-se de uma escola voltada apenas em seu caráter técnico, justamente como o ESP deseja, sendo saudada como uma “Escola Livre”.

A escola do ESP, e das políticas educacionais tocadas pelo Governo Temer, é exatamente uma escola que busca, ao contrário de tornar os sujeitos mais livres e autônomos, como sua propaganda o diz, aprisiona-los e mantê-los refém da sociabilidade capitalista, tendo como seu único objetivo a conformação de uma subjetividade e valores necessários para que o capital continue sua caminhada de autovalorização, mesmo que a sua crise exponha a cada dia



que se passa a necessidade de sua superação enquanto Modo de Produção. Por isso, é necessário lutar por escolas como o Pedro II, que, ainda que com todas as suas limitações, representam elementos concretos de possibilidades na luta por uma outra sociabilidade enquanto educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 1, n. 3, edição especial, p. 73-84, dez. 2011. Dossiê: A crise atual do capitalismo.
- CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, v. 4, n. 6, ago. 2010.
- CARLOTTI, T. O que está por trás do Escola Sem Partido? Projeto propõe que professores sejam processados pelos conteúdos que ministram em sala de aula. E a ameaça que isso se torne lei é bastante concreta. **Carta Maior**, jul. 2016. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- COLÉGIO PEDRO II. **Grupos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/propgpec/pesquisa/grupos-de-pesquisa/>. Acesso em: 20 abr. 2017a. Sem paginação.
- COLÉGIO PEDRO II. **História do CPII**. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/historia\\_cp2.html](http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html). Acesso em: 20 abr. 2017b. Sem paginação.
- COLÉGIO PEDRO II. Portaria nº 1886, de 13 de junho de 2017. **Institui o Código de Ética Discente do Colégio Pedro II**. 2017c. Sem paginação.
- ESP. ESCOLA SEM PARTIDO. **Anteprojeto de Lei Federal. Ementa**: institui o Escola Sem Partido. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal/>. Acesso em: 03 mar. 2017a. Sem paginação.
- ESP. ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>. Acesso em: 03 mar. 2017b. Sem paginação.
- ESP. ESCOLA SEM PARTIDO. **Flagrando o doutrinador**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Acesso em: 03 mar. 2017c. Sem paginação.



- IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012a. Sem paginação.
- IASI, M. L. **O “petismo” como problema moral**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/07/o-petismo-como-problema-moral/>. Acesso em: 29 set. 2016a. Sem paginação.
- IASI, M. L. Reflexão sobre o processo de consciência. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 11-45. Sem paginação.
- IASI, M. L. Socialismo, barbárie e outras alternativas. In: PINHEIRO, M. (org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras Expressões, 2012b. p. 73-102. Sem paginação.
- IASI, M. L. **Três crises... falta uma**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/08/12/tres-crises-falta-uma/>. Acesso em: 29 set. 2016b. Sem paginação.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Administrativo MPF/PR/RJ nº 130.001.003828/2016-91. **Ação civil pública em defesa da probidade administrativa**. 07 mar. 2017.
- NAGIB, M. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 05 jun. 2017. Sem paginação.
- O COLÉGIO dos absurdos. **ISTOÉ**, n. 2582 20/06, 21 outubro 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/colégio-pedro-ii-o-colegio-dos-absurdos/>. Acesso em: 20 abr. 2017. Sem paginação.



OCUPACP2. Documento final extraído no processo de ocupação do Colégio Pedro II.

2017. Disponível em:

[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/JAN/reivindicacao\\_alunos.pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/JAN/reivindicacao_alunos.pdf). Acesso em: 08 fev. 2017.

REITORIA. Colégio Pedro II. Ministério da Educação. Nota Pública 002. **Desvendando as denúncias do Ministério Público Federal contra o Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro, 20 mar. 2017a.

REITORIA. Colégio Pedro II. Ministério da Educação. Nota Pública 004. **Finalmente a verdade**. Rio de Janeiro, 24 mar. 2017b.

SHAW, C. Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo. **ANPED**, 17 março 2017. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo>. Acesso em: 10 abr. 2017. Sem paginação.

SILVA, A. B. da. *et al.* A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014.

SILVA, M. C. da. **O REUNI na UFF**: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi! 2015. 307 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

THOMÉ, C. Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos: colégio tradicional aboliu a distinção entre uniformes e já adota nome social na chamada. **O Estadão**, São Paulo, 19 setembro 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,colegio-pedro-ii-no-rio-libera-saia-para-meninos,10000077010>. Acesso em: 15 mar. 2017. Sem paginação.

TOKARNIA, M. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência EBC**, 25 outubro 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 12 fev. 2017. Sem paginação.

## Notas

<sup>1</sup> Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Educação Física do Colégio Pedro II. Contato: [matheuseufufrj@hotmail.com](mailto:matheuseufufrj@hotmail.com).

<sup>2</sup> Para compreender mais sobre o início da crise em 2008, ler Carcanholo (2010)

<sup>3</sup> “O Código de Ética Discente estabelece os critérios que normatizam a vida discente na instituição de ensino. Todos/as os/as estudantes estão sujeitos/as a ele, observadas as especificidades de cada segmento de ensino, pois a vida comunitária exige o estabelecimento de um conjunto de valores e procedimentos básicos que garantam a convivência pacífica, igualitária e democrática entre os seus membros” (CP2, 2017, p. 02).

<sup>4</sup> <http://www.programaescolasempartido.org/pl-federal/>

<sup>5</sup> <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>